

Itamar exige programa contra

O presidente em exercício Itamar Franco quer que os ministros Paulo Haddad, do Planejamento, e Gustavo Krause, da Fazenda, façam até o próximo final de semana um programa econômico que aponte o fim da recessão. Itamar Franco rejeita, em conversa com auxiliares mais próximos, o programa econômico do governo Fernando Collor. E acha que a proposta de seus ministros nada mais é do que a continuidade de uma política da qual quer manter distância. O Presidente em exercício, segundo a Agência Estado já se queixou de seus ministros da área econômica, dizendo que eles estão próximos demais das determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI), da política de recessão e dos juros altos.

Itamar está impaciente. Ele afirma ter um compromisso com a população, à qual quer dar, conforme diz um ministro próximo, "um pouco de felicidade"; que só viria com uma política salarial básica de distribuição de renda. Itamar não considera prioritário fechar acordo com o FMI.

O Presidente deu a Paulo Haddad e Gustavo Krause um prazo: vai avaliar as novas suges-

tões no próximo final de semana, durante a primeira reunião ministerial do governo Itamar Franco. Caso eles insistam em manter linhas do governo Collor, o Presidente não hesitará segundo o ministro, em abrir mão da contribuição dos dois, ainda segundo informações apuradas pela Agência Estado. O caso de Haddad é mais complicado porque ele é que vem assumindo posições mais agressivas quanto às linhas gerais da economia. O nome do professor Dércio Munhoz é cotado como provável sucessor de Haddad.

Pontos que Itamar julga essenciais terão que ser apresentados pelos ministros da área econômica. É isto que o Presidente estaria esperando da dupla. Sem uma linha que contemple a área social, o comando econômico não deverá continuar atuando, apesar do respaldo que conquistou dos agentes econômicos nos últimos dois meses. Mesmo que o Presidente diga que não está pensando em fazer uma reforma Ministerial após o julgamento do presidente afastado, Fernando Collor, no Senado, a hipótese é considerada inevitável por vários integrantes da Esplanada dos ministérios.

ROQUIVO

Brasília, segunda-feira, 7 de dezembro de 1992

9

a recessão